



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Do Manifesto Comunista à Teoria do Reconhecimento. Uma nova crítica social			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gustavo Proença Mendonça¹	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Apesar do aparente triunfo do sistema capitalista, as mazelas sociais geradas por sua implantação hegemônica como, por exemplo, a criação de um contingente de pessoas estruturalmente excluídas enquanto necessidade inerente ao próprio sistema é tão perversa e profunda como as previstas por Karl Marx na elaboração de sua crítica e não podem ser ignoradas nem naturalizadas. Imbuído do mesmo espírito de busca emancipatória do homem e da sociedade, Charles Taylor, filósofo canadense, atualiza as formulações marxistas desmascarando a ideologia disfarçada de objetividade social e possibilita no campo teórico uma reconstrução da hierarquia valorativa e contingente que divide os seres humanos em mais e menos, valorizados e desvalorizados, bem pagos e mal pagos por seu trabalho, desvendando uma verdadeira lógica normativa do capitalismo. Pretendo neste artigo demonstrar que as novas teorias da crítica social contemporânea, quais sejam a teoria do reconhecimento formulada por Charles Taylor e o seu debate com a proposta de redistribuição da filósofa norte-americana Nancy Fraser, são ancoradas na teoria marxista cujos ideais libertários permanecem com a mesma força inspiradora e transformadora de 150 anos atrás.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teoria do Reconhecimento, Charles Taylor, Nancy Fraser			
ABSTRACT			
<p>Despite the apparent triumph of capitalism, the social ills generated by its hegemonic deployment, for example, the creation of a number of people structurally excluded as a necessity inherent to the system, are so perverse and profound as those referred by Karl Marx, and can not be ignored or naturalized. Inspired by the same spirit of seeking emancipation of man and society, Charles Taylor, a Canadian philosopher, updates the Marxist formulations unmasking ideology disguised as a social objectivity and allows a theoretical reconstruction of the hierarchy of values, showing its contingency, that divides humans into more and less valued and devalued, well-paid and poorly paid for their work, revealing a true normative logic of capitalism. I intend in this article demonstrate that the new theories of contemporary social criticism, like the theory of recognition by Charles Taylor and his debate with the idea of redistribution of the American philosopher Nancy Fraser, are anchored on the Marxist theory whose libertarian ideals remain with the same inspiring and transformative force than 150 years ago.</p>			
KEYWORDS			
Theory of Recognition, Charles Taylor, Nancy Fraser			

INTRODUÇÃO

Apesar do aparente triunfo do sistema capitalista, as mazelas sociais geradas por sua implantação hegemônica, como a criação de um contingente de pessoas excluídas como necessidade inerente do próprio sistema, são tão perversas e profundas como as previstas por Karl Marx na elaboração de sua crítica e não podem ser ignoradas nem naturalizadas.

¹ Doutorando em Filosofia e Teoria do Direito – UERJ.

O potencial emancipatório fornecido pela teoria marxista ainda pode ser muito útil na formulação da crítica social atual, principalmente pela sua vertente metodológica que desvendou o traço ideológico na sociedade, opondo-se ao naturalismo das ações sociais e da neutralidade das instituições além da percepção da dialética social como fator de impulsionamento da roda da história e da evolução da humanidade.

Entre os autores que se empenharam em descobrir uma lógica normativa do capitalismo, e atualizar as formulações marxistas, talvez Charles Taylor, filósofo canadense, é quem melhor tenha possibilitado uma reconstrução de uma hierarquia valorativa e contingente que divide os seres humanos em mais e menos, valorizados e desvalorizados, bem pagos e mal pagos por seu trabalho.

Pretendo neste artigo demonstrar que as novas teorias da crítica social contemporânea, a teoria do reconhecimento formulada por Charles Taylor e a proposta de redistribuição de Nancy Fraser, são ancoradas na teoria marxista cujos ideais libertários permanecem com a mesma força transformadora de 150 anos atrás.

1. A TEORIA MARXISTA²

Em termos filosóficos, Marx pode ser considerado como herdeiro e em diálogo com as concepções de Hegel e Feuerbach.

A oposição que Marx faz à dialética de Hegel é quanto à sua atitude idealista, pois ainda que sustente que ‘realidade’ e ‘pensamento’ são uma coisa só, dado ao caráter errático e inconstante da ‘realidade’, a filosofia hegeliana passa a negá-la como existência independente, admitindo somente a “Idéia”, isto é o ‘pensamento’. A preocupação hegeliana é explicar como, idealmente, pode ser concebida a perfeição das estruturas sociais vigentes. A fim de desvendar a *verdade filosófica*, ele elabora um processo de verificação que tem como base a contradição, a *antítese*, e como resultado a *síntese*, e isto, na visão de Marx, acaba por gerar uma concepção política conservadora e imobilizante na medida em que não admite uma contestação profunda da realidade pois esta ao ser tomada como um desenvolvimento da razão, imputa a quaisquer erros nela presentes, a necessidade de serem considerados como erros da lógica de interpretação ou da condução do raciocínio, nunca da “idéia” que embasava a estrutura vigente.

Marx, inaugurando uma visão histórico-dialética e materialista das sociedades e elegendo a economia como o vetor das disputas sociais, procura explicar a evolução das relações econômicas

² Marx, Karl (6), (7), (8), (9)

nas sociedades humanas ao longo da história. Para ele, havia uma oposição das forças sociais entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, o que caracterizava a história da humanidade de forma dialética. Em relação ao materialismo de sua filosofia, Marx retira o caráter idealista da dialética, como estava em Hegel, passando a situá-la no plano concreto, e não mais considerando o *ser* e *dever-ser* de Hegel como os aspectos determinante e determinado, respectivamente, da realidade. O historicismo da teoria marxista afirma que a realidade é explicada através de fatos materiais e determinadas condições sociais que por sua vez são históricas.

A dialética marxista afirma que as leis do pensamento e as leis da realidade são as mesmas sendo que ambas possuem uma oposição interna (divergências dentro do pensamento e contradições dentro da realidade) e estão, estes dois grupos, em oposição externa ou seja, são igualmente dialéticos entre si, pensamento *versus* realidade. A filosofia dialética demonstra ainda que a razão não deve tomar essas oposições ou contradições como coisas mortas e petrificadas, mas sim como algo vivo e móvel, lutando uma contra a outra pois é por meio desta luta que o resultado, ou o conteúdo da *síntese* – para usar um termo de Hegel – que se processa, é novamente captado e eleva todo o cenário da disputa à um nível superior, isto é a humanidade “evolui”.

Aliada a esta concepção dialética da realidade, temos o que podemos chamar de uma ontologia marxista. Para Marx o que caracterizaria o homem seria a sua capacidade de “construir”, tanto as suas condições materiais mecanismos de regulação social e manufaturar utensílios (*tool making animal*) quanto as condições ideais de sua existência, isto é prospectar condições para a vida futura. A essência do homem é algo que ele próprio constrói e esta construção chamamos história. Assim, a partir de suas próprias escolhas constrói o seu ambiente com base nas relações sociais que desenvolve, mas as condições sociais da sua existência, são previamente determinadas historicamente, por escolhas anteriores. Logo o traço distintivo da humanidade é a responsabilidade pelos seus atos numa concepção de que a liberdade lhe é ontológica. Desta forma, o homem estaria “condenado” a ser livre e toda a formulação marxista é dedicada à emancipação do homem, a propiciar o fim da exploração do homem pelo homem que sempre existiu e que não mais existiria na formulação da sua sociedade ideal, a sociedade comunista.

Assim, no texto do Manifesto Comunista, Marx afirma que toda a história da humanidade teria sido constituída por uma permanente luta entre classes sociais e isto é o que teria permitido a evolução da humanidade a níveis de desenvolvimento nunca antes atingidos. As classes seriam definidas em bases econômicas entre os detentores dos bens e meios de produção econômica (a burguesia) e os que retiram a subsistência unicamente da venda da sua força de trabalho (o

proletariado)³. Marx explica o processo de desenvolvimento da burguesia e afirma a necessidade de superação do mundo criado por ela, isto é, do capitalismo, na verdade ele afirma que esta superação é inevitável devido às contradições internas do próprio sistema e que há a possibilidade da humanidade evoluir para um modelo de sociedade sem classes e igualitária, a sociedade comunista, através da luta contra o modelo econômico burguês.

Para os fins deste artigo, pretendo demonstrar que um importante aspecto de atualidade da metodologia marxista está no fato de ter revelado o traço ideológico e de dominação na sociedade então existente e que estava sendo tomado como algo *natural* e inevitável. O modo de pensar o mundo, como a concepção de liberdade, as instituições sociais como o Estado, o casamento, a família, a escola, o Direito e a propriedade, tudo isto, segundo Marx estava contaminado pela ideologia burguesa que tinha como objetivo único a manutenção do seu poder e a perpetuação da sua dominação sobre a classe dos proletários. Para isto a burguesia tentava demonstrar a *naturalidade* do seu pensamento, buscando legitimidade junto aos próprios dominados, o proletariado, que por estarem alienados, isto é, não se perceberem na condição de subalternos, eram cooptados pelo discurso burguês, assimilando os seus valores e terminando por converter-se em instrumentos da sua própria dominação.

Na filosofia política atual é Charles Taylor, quem elabora uma crítica ao intelectualismo e tenta compreender a experiência humana como radicalmente contextualizada e situada. O que Taylor chama de *naturalismo* é a tendência moderna de desvincular a ação e a experiência humana da moldura que lhe confere realidade e compreensibilidade.⁴

2. A TEORIA DE CHARLES TAYLOR

Taylor diz que o *naturalismo* é a “ideologia espontânea” do capitalismo, pois afirma existir uma relação interna entre o atomismo e esta “ideologia”. O atomismo, paradigma teórico filosófico potencializado com desenvolvimento do individualismo capitalista, ao encarar o indivíduo como a fonte de todo o sentido, o indivíduo descontextualizado, propicia uma concepção artificial do

³ Ocorre que a classe dominante, a burguesia, segundo Marx, devido às suas próprias características não pode existir sem revolucionar e expandir-se e contrariando a sua própria lógica, não pode quedar-se estática ante a realidade. A capacidade burguesa de produção e de expansão também alcançaram níveis sem precedentes e já não haviam mais grilhões a estilhaçar nem necessidades a saciar com a produção. Após o desenvolvimento da burguesia, isto é do capital, as crises econômicas do capitalismo não foram mais de escassez mas de superprodução, demonstrando que as forças produtivas à disposição da sociedade tornaram-se poderosas de mais para as condições que as restringiam e a resposta capitalista à estas crises, foram a destruição da massa de forças produtivas e a caça violenta por novos mercados consumidores, além da tentativa de uma exploração mais completa dos mercados antigos. Ainda segundo Marx, este comportamento pavimentaria o caminho para crises mais extensas e mais destrutivas.

⁴ Jessé Souza (14)

comportamento humano quanto a motivação das próprias escolhas políticas e existenciais, seja através da elaboração das teorias chamadas de “escolha racional” ou das teorias mais complexas e elaboradas chamadas “sistêmicas”. A questão para Taylor é que instituições como o Estado, o mercado e as demais práticas sociais e culturais, não são *neutras* e possuem, ainda que de forma pré-reflexiva e inarticulada uma concepção valorativa a cerca do bom. A teoria dele no livro “As Fontes do Self” visa tematizar esta questão demonstrando como os chamados “bens constitutivos” de uma cultura, ou seja, tudo aquilo que é valorizado em determinado contexto, não é valorizado necessariamente por seus atributos *naturais*, mas sim por significados culturais atribuídos à estes bens, e devem ser articulados com as motivações efetivas para o comportamento concreto.

A antropologia filosófica de Taylor conceitua o ser humano como um ser com potencial de auto-interpretação, demonstrando que a realidade humana é construída por “camadas de significados”, ou seja, atribuímos mais ou menos valor às coisas, por exemplo, pelo valor coletivo atribuído às essas mesmas coisas ou às pessoas que as possuem. Isto nos possibilita perceber a força da interação indivíduo/coletividade como construtora e reforçadora de significados, mas igualmente nos permite a possibilidade teórica de ressignificar as camadas que foram naturalizadas pela prática social, reduzidas à opacidade e à intransparência⁵.

Em “As Fontes do Self”, Taylor pretende fazer uma reconstrução genealógica do atomismo capitalista, o que ele chama de “*self* pontual”, explicando que esta gênese é baseada no controle da razão sobre emoções e na valorização enquanto virtudes, das qualidades do auto-controle, da auto-responsabilidade, da vontade livre e descontextualizada social e culturalmente, além da interpretação do conceito de *liberdade* como sendo a possibilidade de auto-remodelação para fins heterônomos. Sobre este conjunto de qualidades passou-se a construir progressivamente as precondições de constituição daquilo que se compreendeu como sendo *dignidade humana*.

Ao desconstruir o paradigma atomista, Taylor demonstra como a identidade individual e o “sentido de mundo” (a concepção de mundo que informa a concepção de bem) dos sujeitos, os valores por eles envergados e defendidos, são construídos não individual e isoladamente (atomisticamente, descontextualizadamente) mas em diálogo aberto com os outros membros da sua comunidade, os outros “doadores de sentido”. Este movimento é circular e representado por

⁵ Podemos fazer uma analogia com a ontologia marxista que compreende o homem como potencial de construção ou manufatural (tool making). A necessidade manufatural em Marx, é ressaltada como sendo responsável pela própria existência humana, ou pelo processo de humanização do indivíduo, uma vez que a natureza não proporciona tudo o que a racionalidade humana pode projetar como sendo bom, útil ou facilitador da sua existência. Nesta esteira, toda consideração e respeito conquistados por cada indivíduo adviria da contribuição de sua criatividade e habilidade na criação de instrumentos que melhorassem a vida social, ou em outras palavras, do esforço da sua racionalidade para o bem estar comum.

interinfluências mútuas entre o indivíduo e a coletividade que o cerca. Se o sentido de identidade e de valor do indivíduo está, ao menos em parte, ligado ao valor que outros seres humanos lhe conferem, logo, o reconhecimento das particularidades individuais deve ser erigido à condição de bem e ser garantido igualmente à todos, pela proteção pública. Isto é consequência lógica dos possíveis efeitos nefastos gerados por um reconhecimento mal sucedido. Ora, se a formação da minha identidade, em algum aspecto depende do reconhecimento de minhas individualidades pelos outros, um reconhecimento incompleto ou deficiente por parte deles pode gerar distorções na minha formação enquanto indivíduo social. Desta forma, Taylor⁶ afirma que faz sentido falar em uma “política de reconhecimento”, enquanto prática que visa minorar as consequências resultantes da desigual distribuição de poder na sociedade, pois o não-reconhecimento ou o reconhecimento imperfeito (ou ainda, incompleto) de um determinado grupo por outro grupo detentor do poder social, acarreta a criação de impedimentos (entraves) à sobrevivência, à autonomia, ou no mínimo à ascensão social do grupo minoritário. Configurando a situação clássica de opressor/oprimido. Na teoria de Taylor, a política do reconhecimento, ou a teoria do reconhecimento social, pretende explicar as condições sociais necessárias para a atribuição de respeito e auto-estima na sociedade e é o mote para a percepção dos conflitos no mundo atual.

Ficando claro que somos formados pelo reconhecimento ou pela ausência de reconhecimento em bases culturais, e comunitárias⁷, passamos imediatamente a compreender que a proteção de minorias e culturas minoritárias é um objetivo político incontornável. Num movimento análogo ao descrito por Marx quando esclareceu a ação da burguesia na cooptação do proletariado para a solidificação dos seus interesses de classe dominante, a cultura socialmente hegemônica tende sempre a assimilar as culturas minoritárias inculcando uma imagem de inferioridade valorativa destas minorias em relação ao padrão hegemônico, buscando disfarçar estes *standards* sociais por ela construídos como sendo neutros, inevitáveis, incontornáveis e “naturais”.

A contribuição de Taylor desvela como ocorre a atribuição de respeito, deferência, de reconhecimento social, esclarecendo que instituições aparentemente neutras, de modo disfarçado e intransparente implicam em imposição subliminar de critérios particulares e contingentes com

⁶ Charles Taylor (15)

⁷ Podemos ampliar a idéia e incluir aqui a concepção de que também somos formados em bases lingüísticas, tanto em relação aos termos por nós utilizados cotidianamente de forma pré reflexiva, quanto na produção do conteúdo do discurso público ou político, ou mesmo na possibilidade de produzir este discurso público, isto, é de possuir “voz” social. O que entre em jogo aqui é não somente o conteúdo do discurso como a própria capacidade de enunciá-lo, ao que Michel Foucault chama de poder de enunciação. A capacidade pública de produção discursiva entre assim, em uma dinâmica de jogo de poder social, ou pelo poder de ter voz social. (A Ordem do Discurso. Michel Foucault. – L’Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.)

beneficiários e vítimas concretas.⁸ Segundo Jessé de Souza, ele “possibilita a partir da sua genealogia da hierarquia valorativa da modernidade tardia, conferir sentido e relevância moral a aspectos naturalizados da realidade social seja na dimensão da vida cotidiana, seja especialmente na dimensão institucional cuja eficácia depende precisamente de sua aparente neutralidade”⁹.

Dentro desta demanda por reconhecimento, há ainda a posição de Nancy Fraser que chama atenção para o impacto desta teoria sobre os movimentos sociais e afirma que a demanda somente por reconhecimento baseadas em reivindicações “culturais” por proteção à identidade de grupos étnicos e minorias não é suficiente para a solução dos problemas, sendo necessário a problematização de questões “redistributivas”, localizadas por ela no âmbito da economia.

3. A TEORIA DE NANCY FRASER¹⁰

A filósofa norte-americana Nancy Fraser afirma que as demandas dos movimentos sociais por reconhecimento, são recentes e fruto dos dilemas da “era pós-socialista” aonde a nova configuração da ordem mundial globalizada e multicultural, fez com que os antigos “conflitos de classe” fossem paulatinamente e de forma tendenciosa substituídos por conflitos de *status* social advindos da dominação cultural. Ela afirma que há uma revolução silenciosa baseada numa crescente desvalorização de valores materiais relacionados à economia política em favor de valores pós-materiais” como identidades culturais e étnicas, defesa do meio-ambiente, etc. Estas lutas se caracterizariam por não ter como escopo a redistribuição de renda.¹¹ O que ela ressalta é a desconexão entre as dimensões cultural e econômica dos conflitos sociais e a não tematização ou minimização das questões referentes às desigualdades econômicas numa ordem globalizada e marcada por graves injustiças econômicas. O seu desafio é reconceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma que uma demanda não enfraqueça a outra.

Segundo um comentador crítico da teoria de Fraser, Jacques D’Adesky, as duas dimensões das demandas sociais, quais sejam demandas de reconhecimento e as de redistribuição, não apenas se articulam, mas interagem causalmente uma com a outra, já que as questões econômicas têm um conteúdo implícito em termos de reconhecimento, da mesma forma que as questões de reconhecimento, como por exemplo os julgamentos de valor estético, têm um conteúdo implícito

⁸ Jessé Souza (14)

⁹ Idem.

¹⁰ Nancy Fraser (5)

¹¹ Segundo Patrícia Mattos, neste sentido Fraser parece concordar com a posição esposada por Ronald Inghart em “ Modernization and Post Modernization: cultural, economic and political change in 43 societies”. Princeton: Princeton University Press, 1997. Patricia Mattos (10)

em termos de redistribuição¹². A sua proposição de uma “teoria crítica o reconhecimento” visa assim, corrigir as injustiças tanto dos aspectos simbólicos-culturais, quanto dos redistributivos econômicos.

A injustiça simbólica é causada por padrões sociais de autorepresentação, interpretação e comunicação. Os resultados deste tipo de injustiça são a hostilidade, a invisibilidade social e o desrespeito que a associação de interpretações marcadas como o signo da inferioridade ou estereotipadas reproduzem na vida social cotidiana ou institucional. Este comportamento produzido de forma intersubjetiva acarreta um prejuízo na auto-estima de indivíduos e grupos que os sofrem. Por outro lado, a injustiça econômica é baseada na divisão social do trabalho e na estrutura político-econômica da sociedade. Os resultados por ela produzidos são a exploração, a marginalização e a pobreza.

Os remédios por ela sugeridos para a correção destes problemas são diferentes e em alguns casos, parecem ser contraditórios entre si. Para a injustiça econômica, por exemplo, um tipo de mudança na estrutura político-econômica, aumentando a redistribuição de renda e reorganização do trabalho. Já para a injustiça cultural a valorização da diversidade cultural e reavaliação positiva das identidades culturais discriminadas além de novos mecanismos que garantam uma maior e melhor representação social e possibilidades de auto-interpretação para os membros dos grupos marginalizados ou minoritários, entre outras medidas neste sentido.

Ao exemplificar a sua concepção da política de reconhecimento, ela estabelece um vínculo causal e recíproco com a dimensão econômica e explica, por exemplo, por que a população negra nos Estados Unidos ou os imigrantes de origem africana, asiática ou latino-americana na Europa são mais suscetíveis de sofrerem o desprezo social e de serem pobres. Segundo Fraser, suas chances de sucesso são muito menores que as das populações brancas e nacionais, em função dessas duas dimensões que se interpenetram e se reforçam mutuamente numa perspectiva de subordinação, determinando, para os indivíduos e grupos minorizados, entraves à autonomia pessoal, à liberdade, e portanto à igualdade de participação no capital simbólico, assim como obstáculos à paridade de participação nas posições de prestígio e no igual acesso aos recursos econômicos e financeiros. Apesar disto, a meu ver, Fraser deixa emanar a sua posição de que as reivindicações sociais devem continuar apresentando um conteúdo material explícito e mesmo que em determinadas as exigências, o reconhecimento não é cabível ou mesmo desejável.

¹² Jackes D’Adesky (3). Se pensarmos em um trabalho artístico, por exemplo, podemos entender que um artista cujo trabalho seja considerado mais “belo” tenderá a ser melhor remunerado do que os outros.

Para discutir estas questões de da teoria social, Fraser utiliza e interessantemente articula os conceitos centrais da sociologia *classe social* e *status social*¹³. Ela afirma que a sociedade possui uma estrutura de classes e que por isto institucionaliza mecanismos econômicos que sistematicamente negam a alguns de seus membros as oportunidades necessárias para que eles participem junto com os outros da vida social. Por outro lado uma estrutura que cria hierarquias de *status*, institucionaliza padrões de cultura os quais negam a alguns dos seus membros, o reconhecimento necessário para que eles participem da vida social.

Neste caso, o prestígio social atribuído à determinada classe social ou atribuído ao *status* portado por determinado grupo definido culturalmente, é derivado de uma ordem intersubjetiva na sociedade a qual reconhece que determinados membros contribuem mais, melhor ou de forma mais interessante para a vida em coletividade. Estes, portanto são os mais valorizados, são os mais importantes, os modelos a serem seguidos e por isto têm ampliado o seu espaço de participação política com maior acesso aos bens sociais mais valorizados e à produção do discurso público, discurso este, que por uma conclusão lógica, tende a reproduzir os valores esposados pelos detentores deste poder social, poder econômico e simbólico ao mesmo tempo. A consequência oblíqua é a formação de obstáculos concretos e simbólicos¹⁴ à participação paritária dos diversos atores sociais. Os membros dos grupos aos quais são atribuídos menor prestígio são impedidos de exercer certos direitos os quais são atribuídos somente aos membros do grupo prestigiado ou ainda, têm o seu discurso desvalorizado no espaço público não tendo a oportunidade de auto-interpretação mas são retratados ou interpretados, sempre segundo a ótica do padrão dominante, sujeitos à estereotipação e inferiorização ou mesmo à invisibilidade social.

O que Fraser procura deixar claro é que as injustiças decorrentes do *status* social tal como descritas por Weber, atualmente estão relacionadas com a estrutura do capitalismo que apenas modifica as bases que as fundam. Se nas sociedades tradicionais a dominação ocorria em função do ideal de honra proveniente dos papéis sociais dos membros, ligados à origem familiar, lugar de nascença e etc., atualmente o mercado é quem instrumentaliza as diferenciações de *status*, para servirem aos seus próprios fins.

¹³ Os conceitos de classe e *status* são os apresentados por Marx e Weber. Sendo que em relação ao conceito de classe, Fraser, não se preocupa como Marx com os mecanismos de exploração e de uma classe pela outra, mas com a consequência normativa que a dominação de classe produz, impedindo a participação social paritária entre os indivíduos que as compõem, apesar do discurso retórico da igualdade.

¹⁴ Penso que sem dúvida aqui podemos fazer uma relação com a formulação de Bourdieu quanto ao poder simbólico e as consequências de impedimento social para aqueles que não o detém. Pierre Bourdieu (1). Quanto à possibilidade de produção do discurso público, podemos fazer uma relação com Foucault em A Ordem do Discurso, aonde ele afirma que a disputa na sociedade , não é mais pela produção do conteúdo do discurso mas a possibilidade de proferi-lo.

Utilizando a mesma metodologia de Marx e de Taylor, isto é desvendar padrões éticos ou concepções de bem subjacentes à instituições que se apresentam neutras no espaço público, Fraser afirma que o mercado é regulado por padrões de valores culturais de maximização dos ganhos e imperativos do auto-interesse.

4. A CRÍTICA À TEORIA DE NANCY FRASER

Apesar de articular os temas de reconhecimento e redistribuição ou classe e *status* social, e de afirmar que as diferenciações entre economia e cultura são analíticas e que, na prática, estas duas dimensões encontram-se imbricadas, afirmei anteriormente que Fraser deixa emanar a sua posição de que as reivindicações sociais devem continuar apresentando um conteúdo material explícito e mesmo que em determinadas as exigências, o reconhecimento não é cabível ou mesmo desejável. Um exemplo trazido por Jessé de Souza, comentador crítico da obra de Fraser, é de que não teria sentido um grupo de trabalhadores requerer ao seu sindicato que lute por reivindicações de suas particularidades culturais.¹⁵

Acontece que a teoria do reconhecimento, tal como formulada por Taylor, tem duas dimensões distintas uma universal e outra particular. A universal está ligada à formulação kantiana de igual dignidade de todos os seres enquanto a particular é norteada pela perspectiva hegeliana do princípio da autenticidade o qual reconhece que estes mesmos seres iguais em dignidade, não são atomizados mas produzidos em situações e condições históricas específicas, cada uma destas formas originais contribuindo de forma diferente à reprodução da vida social, e são todas igualmente merecedoras de respeito. Esta é a base do direito à diferença. Novamente é a metodologia marxista importante neste sentido, ao revelar que também em termos culturais, a concepção que temos a cerca dos padrões ocidentais por exemplo, não são *naturais*, ou nos foram dadas de forma *transcendental* mas sim produzidas materialmente por fatos históricos que as determinaram e qualquer olhar de superioridade ou de valoração moral a partir deste padrão em direção à outros, é igualmente uma construção histórica e contingente.

Tomando o exemplo dado acima, parece que Fraser apega-se somente a dimensão particularista (ou específica) do reconhecimento baseada na autenticidade. Ainda segundo, Jessé de Souza, ela não contempla a hipótese de que a desigualdade entre classes também esteja baseada em princípios que envolvem o reconhecimento, ou melhor neste caso o não-reconhecimento¹⁶. Estes

¹⁵ Jessé Souza (14)

¹⁶ idem, Ibidem

princípios adquirem eficácia social a partir de regras opacas que se apresentam neutras e impessoais mas que de forma pré-política ou subliminar condenam classes sociais inteiras ao não-reconhecimento social e à baixo-estima e a partir disto legitimam um acesso não paritário à serviços, bens sociais escassos e mesmo à direitos políticos e culturais. Enfim ao poder social econômico e simbólico.

Para Taylor, o reconhecimento social como consenso historicamente produzido, aplica-se tanto à noção de dignidade que confere força ao postulado da igualdade quanto à noção de autenticidade demandando respeito à diferença. Estes princípios não são apenas antagônicos mas complementares como as dimensões das demandas por redistribuição econômica complementam as reivindicações por reconhecimento cultural e estão englobadas por requerimentos de reconhecimento social.

A “hierarquia moral” a qual Taylor se refere em sua teoria, são as concepções valorativas subjacentes às práticas sociais concretas e permitem a afirmação da tese fundamental de que toda ação humana seja em contextos econômicos, políticos ou culturais específicos, ou não, está inserida numa moldura que pressupõe escolhas e avaliações morais como causa última.

Ao retirar do reconhecimento a sua possibilidade de acomodar demandas de redistribuição econômica, Fraser aparentemente esvazia a teoria de seu poder transformador e libertário, sem contudo formular na sua teoria uma explicação concreta suficientemente clara de como ocorrem estes imbricamentos entre as dimensões redistributivas e de reconhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de Taylor permite a crítica ao mundo percebido como independente da experiência humana e a forma redutora e insuficiente de perceber o ser humano como auto-referenciado e isolado do contexto de seu desenvolvimento cultural. Sua concepção permite enfatizar a capacidade de construção da humanidade e a partir dela a possibilidade de mudança e de transformação da realidade social. O tema do reconhecimento tem uma importância estratégica pois permite ampliar a discussão dos pressupostos estruturais para a análise do processo de evolução social . O reconhecimento exige uma abordagem compreensiva, ou seja, a partir do reflexo de condições sociais objetivas sobre a *psique* individual e grupal dos afetados pelo não-reconhecimento com conseqüências que impedem o correto desenvolvimento da auto-estima e refletem-se gravemente no cenário político.

Assim como fez Marx ao seu tempo, Charles Taylor ao desvendar o traço ideológico e valorativo por trás de ações tidas como naturais e de instituições que se apresentam como neutras, contribui de forma eficiente para ressignificar tudo aquilo que o alto capitalismo na sua fase de triunfalismo sem oposição tem tornado crescentemente naturalizado especialmente na ordem econômica e com reflexos profundos e nefastos nas demais estruturas sociais.¹⁷

Como o Manifesto Comunista não se limita a descrever antecipadamente, e de forma tão rigorosa, os traços constitutivos do nosso mundo que é em suma o mundo burguês, dissolvendo a sua aparência *natural e eterna*, mas também propõe a sua radical transformação, igualmente a teoria de Taylor propicia um instrumental poderoso de legitimação de reivindicações públicas a partir de uma antropologia filosófica, que repensando o sujeito social, potencializa a sua capacidade de transformação do nosso mundo.

O projeto do Manifesto e da ideologia marxista não perdeu o seu brilho e, ainda que receba atualizações filosóficas e conceituais, continua a inspirar as teorias contemporâneas por uma sociedade mais igualitária e emancipada.

¹⁷ Patrícia Mattos (10)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) **BOURDIEU**, Pierre “O Poder Simbólico”, Ed. Bertrand Brasil, RJ, 2004. Trad. Fernando Tomaz, 7.ªed.
- (2) **CHEPTULIN**, Alexandre “A Dialética Materialista – Categorias e Leis da Dialética”. Ed. Alfa-Omega
- (3) **D’ADESKY**, Jacques “ Política de Redistribuição e Política de Reconhecimento” *in* : D’Adesky, Jacques “Anti-racismo, Liberdade e Reconhecimento”. Daut Editoria, Rio de Janeiro, 2006, no prelo.
- (4) **FILHO**, Daniel Aarão Reis, org. “ O Manifesto Comunista: 150 anos depois” Ed Fundação Perseu Abramo e Ed. Contraponto, 1998, RJ
- (5) **FRASER**, Nancy and **HONNETH**, Axel, “Redistribution or Recognition? A Political Philosophical Exchange” , Ed. Verso Books, London UK, 2003
- (6) **MARX**, Karl e **ENGELS**, Friedrich O Manifesto Comunista, Ed. Paz e Terra, RJ, 1998. Trad. Maria Lúcia Como.
- (7) _____, idem , Ed. Universitária São Francisco, Bragança Paulista, 2003. Org. Marcos Aurélio Nogueira . Trad. Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder
- (8) **MARX**, Karl, O Capital Crítica da Economia Política , vol. I, Livro Primeiro, Tomo I. Ed. Nova Cultural, SP, 1988. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3.ª ed.
- (9) _____, Manuscritos Econômico-Filosóficos, Ed. Martin Claret, SP, 2005. Trad. Alex Marins.
- (10) **MATTOS**, Patrícia “ Reconhecimento Entre a Justiça e a Identidade”, *in* Lua Nova Revista de Cultura e Política, n.º 63, 2004
- (11) **NETTO**, José Paulo, “Marxismo Impenitente” Ed. Cortez, 1998
- (12) **REINHOLD**, Otto e **STIEMERLING**, Karl-Heinz, “Economia Política – Curso Básico”. Ed. Avante! Lisboa, 1983. Trad. Colectivo das Edições “Avante!”
- (13) **SOUZA**, Jessé “A Modernização Seletiva – Uma reinterpretação do Dilema Brasileiro”, Ed. UnB, Brasília- DF, 2000

- (14) _____, “ Construção Social da Subcidadania – Uma Sociologia Política da Modernidade Periférica” Ed. UFMG e IUPERJ/UCAM, BH, e RJ, 2003.
- (15) **TAYLOR**, Charles “Argumentos Filosóficos”, Edições Loyola, SP, 2000. Trad. Adail Ubirajara Sobral.
- (16) _____, “ As Fontes do Self”, Edições Loyola, SP, 1997
- (17) _____, “Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition”, Princeton Univ. Press, Princeton, New Jersey, USA, 1994.